

A revista que acompanha você

O BRASIL FALHA COM SEUS VELHOS

PROTEÇÃO AO IDOSO: QUANDO A LEGISLAÇÃO NÃO
ULTRAPASSA A LENTIDÃO DO ESTADO



ENTREVISTA- Renato Veras

“Envelhecer no Brasil é
uma grande novidade”

CONCURSO DE POESIA

A hora e a vez do talento de
nossos associados



APSEF se engaja na campanha

Outubro Rosa

Outubro é o mês da luta contra o câncer de mama

EDITORIAL

3

SERVIÇO PÚBLICO

Novas decisões judiciais garantem a correção do pagamento de Gratificações

4

ENTREVISTA

Renato Veras, diretor da UnATI/UERJ, conta como vê o futuro do envelhecimento e o que fazer para chegar bem, lá na frente

10

ARTIGO

O Papa Francisco deu uma lição ao mundo com exemplo de humildade na visita ao Brasil e dedicou sua atenção aos jovens e aos anciãos

15

ESPECIAL

O Brasil cuida mal de seus idosos

18

FIQUE LIGADO

Projetos tramitam a passos de tartaruga e um alerta sobre novo golpe nas redes sociais

22

SEU DINHEIRO

O economista Gustavo Gerbasi explica como usar o crédito de forma inteligente e a falta de consciência sobre o seu papel no Brasil

25

ESPAÇO DA LONGEVIDADE

O futuro pode ser modificado. Mas planejar o futuro não é fazer o plano e ficar parado esperando que ele dê certo

27

LAZER

Foz do Iguaçu é um paraíso da natureza e das compras. Além das fronteiras com Argentina e Paraguai, ela esbanja beleza nas cataratas

29

14° CONCURSO DE POESIA

Leia o regulamento e participe. Inscrições até 22 de dezembro. Os melhores trabalhos ganharão prêmios de R\$ 2 mil, R\$ 3 mil e R\$ 4mil

34

Visão APSEF

ANO 6 | Nº 19 | Outubro 2013

Uma publicação da



PRESIDENTE

Maria Cecília Soares da Silva Landim

VICE-PRESIDENTE DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E PATRIMÔNIO

Margarida Maria Gonzaga Pereira

VICE-PRESIDENTE DE
ASSUNTOS JURÍDICOS

Priscila Maria Lima Hipólito

VICE-PRESIDENTE DE

ASSUNTOS ASSISTENCIAIS

Vera Regina da Silva Massena

VICE-PRESIDENTE DE

ASSUNTOS SÓCIO-CULTURAIS

Carmem Camilo

CONSELHO FISCAL

Arthur Oscar Franco de Sá

Maria Alves Figueiredo

Maria Eduvirgem Simas Pereira

Endereço:

SCN Qd. 02, Bloco D, Torre A, Salas
912/917

Edifício Liberty Mall – Brasília – DF -

CEP: 70712-903

TELEFONE: (61)3037-9072 / 3034-3983

E-MAIL: presidencia@apsef.org.br

SITE: www.apsef.org.br

Revista Visão APSEF

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Marcos Nunes (DF 4977)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Chico Jardim e Marcela Nunes

REVISÃO:

Terezinha Alves

CONSELHO EDITORIAL:

Maria Cecília Landim

Edson Teramatsu

Marcos Nunes

Luiz Soares

IMPRESSÃO:

Qualitá Gráfica e Editora

Em sua recente e histórica passagem pelo Brasil, o Papa Francisco fez questão de dedicar uma homília aos idosos, como bem ressalta o artigo de Leonardo Soares, nesta edição de Visão APSEF. É significativa e oportuna tal mensagem, não apenas porque dirigida aos jovens, mas, sobretudo, pelo contexto.

O Brasil abençoado por Francisco envelhece e tem dificuldade de conviver com seus idosos. Se, por um lado, o Estado demonstra avanços no sentido de buscar mecanismos de proteção aos mais velhos e a ciência e a tecnologia têm contribuído sobremaneira para o aumento da expectativa de vida, de outro, há ainda um longo caminho a trilhar no sentido de fazer com que leis não se transformem em letra morta e culturas enraizadas sejam, enfim, transpostas.

Por mais que o Estatuto do Idoso, que neste ano completa o seu décimo aniversário, busque dar abrigo a uma fase da vida que exige cuidados especiais e atenção especial, não raro nos deparamos com cenas de maltrato em abrigos precários disfarçados de clínicas de repouso, câmaras ocultas registrando agressões de cuidadores, ou até mesmo o motorista do ônibus que se recusa a parar no ponto e abrir a porta da frente do coletivo para o ingresso dos que há muito passaram dos sessenta anos.

Em tempos em que crianças são vítimas de “bullying” e quando chegam à fase adulta sofrem assédio moral nos escritórios e repartições, pouco se fala do preconceito enfrentado na terceira

idade, seja com a ausência de oportunidades de trabalho, seja por limitações físicas não compreendidas, inclusive no âmbito familiar.

Antes da propagação da concessão do bolsa-família, aposentadorias previdenciárias influenciavam diretamente no PIB de centenas de municípios. Inativos, com renda de um salário-mínimo sustentavam famílias e eram os melhores – muitas vezes, os únicos – pagadores das contas “penduradas” na mercearia da esquina.

E é justamente na manutenção da renda de aposentados e pensionistas, tanto do regime geral quanto do funcionalismo – que o Estado mostra a sua face mais controversa. Pois ao mesmo tempo em que se busca o aumento dos índices de longevidade da população, a melhoria da qualidade de vida e das condições dignas no último estágio da vida, busca-se de forma incessante – e isso há pelo menos duas décadas consecutivas – equilibrar as contas públicas escorando-se nas costas arqueadas dos inativos.

Sempre atenta às questões remuneratórias de nossos aposentados, desta vez Visão APSEF abre espaço ao debate das questões que envolvem o cuidado que o País e a sociedade têm para com seus idosos. E começa logo com uma lúcida e esclarecedora entrevista com o médico Renato Veras, diretor da Universidade Aberta da Terceira Idade. Saúde, políticas públicas e qualidade de vida entram na nossa pauta. Quiçá, um dia, estejam sempre entre os assuntos da pauta nacional. Boa leitura!

GDATA FINALMENTE FOI CONCLUÍDA

a autuação dos processos de execução com vistas ao pagamento da diferença devida, assegurada pelo ganho de causa, objeto do Processo nº 2004.34.00.029140-1.

Conforme divulgado nas edições anteriores, a Ação Coletiva da GDATA – Processo nº 2004.34.00.029140-1, que transitou em julgado em 12/05/2010, teve iniciada a fase de execução em janeiro de 2012, pela 3ª Vara Federal/JFDF, mediante a autuação dos 67 Processos de Execução, com vistas à autorização do pagamento dos valores devidos, conforme abaixo discriminado.

Registre-se que a Justiça Federal determinou a baixa dos autos e arquivamento do Processo nº 2004.34.00.029140-1, uma vez que, promulgada a sentença definitiva “com ganho de causa”, o mesmo é arquivado, visto que o pagamento aos beneficiados é feito pelo Processo de Execução com nova numeração.

Processos de Execução pagos em 2013	
Nº Processo de Execução	Nº Processo de Execução
0027123-70.2012.4.01.3400	0027126-25.2012.4.01.3400
Pago 02/2013	Pago em agosto/2013
0027124-55.2012.4.01.3400	0037030-69.2012.4.01.3400
Pago em 02/2013	Pago em agosto/2013
0027133-17.2012.4.01.3400	
A ser pago em novembro/2013	
Processos de Execução que, embora autuados em 2012, ainda aguardam a liberação de pagamento, em face de estarem aguardando o julgamento de Embargos de Execução apresentados pela União.	
Nº Processo de Execução	Nº Processo de Execução
0012636-95.2012.4.01.3400	0012637-80.2012.4.01.3400
0012638-65.2012.4.01.3400	0012639-50.2012.4.01.3400
0018913-30.2012.4.01.3400	0018914-15.2012.4.01.3400
0018915-97.2012.4.01.3400	0018916-82.2012.4.01.3400
0018917-67.2012.4.01.3400	0027125-40.2012.4.01.3400
0027125-40.2012.4.01.3400	0027128-92.2012.4.01.3400
0027129-77.2012.4.01.3400	0027130-62.2012.4.01.3400
0027135-84.2012.4.01.3400	0027136-69.2012.4.01.3400
0027137-54.2012.4.01.3400	0027138-39.2012.4.01.3400
0027139-24.2012.4.01.3400	0027140-09.2012.4.01.3400
0027141-91.2012.4.01.3400	0037028-02.2012.4.01.3400
0037029-84.2012.4.01.3400	0049904-86.2012.4.01.3400
0049905-71.2012.4.01.3400	0049906-56.2012.4.01.3400
0049907-41.2012.4.01.3400	0049908-26.2012.4.01.3400
0049914-33.2012.4.01.3400	0049915-18.2012.4.01.3400

PROCESSOS AUTUADOS EM 2013, cuja liberação do pagamento está na dependência de julgamento de embargos de execução apresentados pela União

Nº Processo de Execução	Nº Processo de Execução
0016312-17.2013.4.01.3400	0016313-02.2013.4.01.3400
0016314-84.2013.4.01.3400	0016315-69.2013.4.01.3400
0016316-54.2013.4.01.3400	0016317-39.2013.4.01.3400
0016318-24.2013.4.01.3400	0016319-09.2013.4.01.3400
0016320-91.2013.4.01.3400	0016321-76.2013.4.01.3400
0033202-31.2013.4.01.3400	0033203-16.2013.4.01.3400
0033204-98.2013.4.01.3400	0033205-83.2013.4.01.3400
0033206-68.2013.4.01.3400	0033207-53.2013.4.01.3400
0033208-38.2013.4.01.3400	0033209-23.2013.4.01.3400
0033214-45.2013.4.01.3400	0033220-52.2013.4.01.3400
0033221-37.2013.4.01.3400	0033222-22.2013.4.01.3400
0033223-07.2013.4.01.3400	0033224-89.2013.4.01.3400
0033225-74.2013.4.01.3400	0033226-59.2013.4.01.3400
0033227-44.2013.4.01.3400	0033228-29.2013.4.01.3400
0033229-14.2013.4.01.3400	0037331-79.2013.4.01.3400
0037332-64.2013.4.01.3400	

Oportuno registrar que não divulgamos os nomes dos beneficiários de cada processo para evitar a possibilidade de “algum golpe” por estelionatários.

Quando disponibilizados os valores devidos, será dado conhecimento aos associados unicamente por correspondência específica, resguardando a identidade de cada um. Assim, é muito importante que os associados mantenham seus endereços atualizados.

Ação GDATA – Processo nº 2002.34.00.028441-2 Iniciada a fase de execução

Conforme noticiado na Edição anterior número dezoito - página quatro - foi iniciada a fase de execução, tendo sido enviadas Cartas-Circulares dos números 108 a 11/2013 com vistas à habilitação dos beneficiados ao recebimento dos valores devidos, fixado o prazo de trinta dias para a remessa de documentos.

Assim, alertamos os caros associados que receberem a correspondência mencionada para a observância do prazo, a fim de agilizar a autuação dos respectivos processos de execução, bem como, a expedição das respectivas RPV's (Requisição de pagamento de pequeno valor – até 60 salários mínimos) pela Justiça Federal.



Ação da GDATA e GDASST – Proc. Nº 2003.34.00.027405-9

Iniciada a fase de execução da Ação Coletiva acima indicada, que deu ganho de causa ao pleito da APSEF para assegurar o pagamento dos valores devidos da GDATA e da GDASST nos mesmos moldes assegurados aos servidores em atividade dos Ministérios da Saúde, da Previdência e do Trabalho, que atu-

almente percebem proventos e pensões relativos à Carreira PST. Para esse fim, já foi enviada correspondência aos beneficiários, de forma que, no mês de dezembro, seja recebida a documentação para, em janeiro de 2014, já ser iniciada junto à 16ª Vara Federal a autuação dos processos de execução, formado por grupos de 20 associados, com vistas à respectiva liberação dos valores devidos.

Ação da GDPGTAS – Proc. nº 2007.34.00.026242-0 (nova numeração 26.3480-31.2007.4.01.3400) – Mais uma vitória da nossa Entidade

A ação ingressada, em 20/07/2007, teve o objetivo de garantir o pagamento dos atrasados decorrente do direito à percepção integral da GDPGTAS, nos mesmos valores assegurados aos servidores em atividade,

relativamente aos associados que percebem proventos/pensões da atual Carreira PGPE.

Em 2008, o Juízo, de primeiro grau, julgou parcialmente procedente o pedido, tendo a União recorrido da sentença, cujo desfecho era ansiosamente aguardado, desde aquele ano, a ser proferido pelo TRF da 1ª Região. Finalmente, no final do mês de setembro de 2013, a 2ª Turma daquele Tribunal, por decisão unânime, deu ganho de causa, fundamentada na Súmula Vinculante 20 do STF e ainda na forma estabelecida no RE 633933-RG/DF, pela Suprema Corte no sentido de que os servidores aposentados e pensionistas têm direito ao pagamento da GDPGTAS nos mesmos percentuais assegurados aos servidores em atividade.

A APSEF aguarda que, até o final do ano, seja determinado o início da execução da sentença, que abrange os associados dos Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, bem como, 19 Ministérios (exceto os Ministérios da Saúde, da Previdência e do Trabalho que têm assegurado o pagamento atualmente da GDPST).

AÇÃO COLETIVA DOS 3,17% - PROCESSO Nº 1997.34.00.025410-7

Justiça avança no pagamento dos 10 grupos que aguardam a sua concretização desde 2005

A Justiça Federal, em 03/10/2013, emitiu RPVs para mais três grupos, beneficiando um total de 98 associados, sendo Grupo 2 - Processo nº 2005.34.00.006130-9; Grupo 7-Processo nº 2005.34.00.006027-2 e o Grupo - 16 - Processo nº 2006.34.00.009606-0, cujo pagamento ocorrerá no decorrer do mencionado mês de outubro.

A APSEF espera que, em 2014, sejam pagos os últimos 7 grupos

AÇÃO COLETIVA 3,17% ASSOCIADOS DO INSS - Proc. nº 1997.34.00.032269-8 - Situação atual

Em face da divulgação de notícia a respeito do pagamento dos 3,17%, assegurados pela Justiça Federal no Proc. nº 1997.34.00.025410-7, ingressado contra a União e que, somente em 2013, veio a ser liberado o pagamento aos beneficiados pela decisão judicial,

vinculados a diversos Ministérios e alguns do INSS (60 nomes), tem gerado expectativa nos associados do INSS, relativamente ao recebimento daquela parcela.

Sobre o assunto, a APSEF entende oportuno e relevante prestar os seguintes esclarecimentos a respeito da situação atual da Ação Coletiva dos 3,17% referente ao INSS - Proc. nº 1997.34.032269-8:

a) em decisão judicial, o juiz limitou os beneficiários da ação apenas aos 10 primeiros constantes da lista de filiados (apesar de a lista ter 810 associados). Contra essa decisão, a APSEF interpôs Recurso de Agravo de Instrumento;

b) esse recurso, porém, foi desprovido pelo TRF da 1ª Região, de modo que foi necessária a apresentação de autorização específica dos filiados para que a ação tivesse prosseguimento. Foram juntadas ao processo as autorizações de 7 filiados;

c) contra a decisão que negou provimento ao Agravo de Ins-

trumento foram interpostos, em setembro de 2002, Recurso Especial para o STJ e Recurso Extraordinário para o STF. Esse processo foi remetido ao STJ para julgamento;

d) paralelamente, no processo principal, foi proferida sentença, em 2003, que julgou procedente o pedido para o pagamento dos 3,17% nas parcelas referentes aos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação apenas para aqueles 7 filiados que estavam com autorização específica no processo, em razão da limitação feita pela decisão anterior;

e) o INSS recorreu da sentença por meio do Recurso de Apelação e também os filiados da APSEF em relação à fixação dos juros de mora e dos honorários advocatícios. O recurso do INSS foi improvido e o da APSEF provido para determinar os juros de mora em 1% ao mês e os honorários advocatícios em 5% sobre o valor da condenação. A decisão transitou em julgado e o processo foi baixado à origem, com vistas a Execução do pagamento do reajuste de 3,17% apenas para aqueles 7



filiados que foram limitados inicialmente no processo;

f) apesar do trânsito em julgado do processo principal, no STJ, o Agravo de Instrumento que buscava a extensão da decisão a todos os filiados foi numerado como RESP 543.671 e continuou tramitando;

g) infelizmente, o processo principal transitou em julgado antes do julgamento final do agravo de instrumento que havíamos

interposto contra a decisão que limitou os beneficiários. No âmbito do STJ, há entendimento de que não seria possível estender a sentença favorável a todos os filiados originalmente listados, pois, com o trânsito em julgado do processo principal, a situação teria se tornado definitiva;

h) seguindo esse entendimento, o STJ julgou prejudicado, em maio de 2009, o Recurso Especial, pois o processo principal havia transitado em julgado. Foram opostos embargos de declaração contra essa decisão, que foram rejeitados.

i) a APSEF, então, interpôs recurso de Embargos de Divergência, que teve seguimento negado pela Ministra Eliana Calmon. Foi interposto Agravo Regimental contra essa decisão, que, em julgamento no dia 02/10/2013, não foi provido, pois a Ministra manteve sua posição anterior, que foi acompanhada pelos demais Ministros.

j) O acórdão desse julgamento foi publicado em 10/10/2013 e foram opostos Embargos de Declaração pela APSEF;

A APSEF aguarda o julgamento desses Embargos de Declaração e espera conseguir reverter a decisão atualmente desfavorável à Associação, apesar de a situação ser bastante difícil. De todo modo, vale ressaltar que existe no processo Recurso Extraordinário a ser julgado pelo STF que ainda não foi remetido ao Tribunal.

ORÇAMENTO 2014

NA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2014 ENCAMINHADA AO CONGRESSO, O GOVERNO DESTINA R\$ 909,4 MILHÕES PARA PAGAMENTO DE PESSOAL, DENTRE OUTROS, A SEGUNDA PARCELA DE 5% EM JANEIRO DO PRÓXIMO ANO, JÁ ABSORVIDA PELA INFLAÇÃO

2014 será novamente um ano “de vacas magras” para as combalidas finanças dos servidores públicos, principalmente dos aposentados, que terão que arcar, além do aumento do custo de vida, acima da inflação, com as despesas médicas, dos remédios, pois o valor do “bolsa miséria” denominada auxílio-complementar de saúde não cobre qualquer plano de saúde.

No orçamento encaminhado pelo Governo para 2014, embora previstos R\$ 909,4 milhões para pagamento de pessoal, segundo o Ministério do Planejamento, serão destinados ao pagamento da 2ª parcela do reajuste de 15% aprovados pelas Leis nºs 12.772, 12.775

e 12.778/2012 (Tabelas publicadas na Revista de Setembro/2012 - Edição 15 - págs. 04/20), bem como, a novas “reestruturações remuneratórias” de servidores, não se vislumbrando, assim, qualquer possibilidade de melhoria salarial, além dos míseros 5% em janeiro incidentes apenas nas gratificações de desempenho, mas que, no caso da grande maioria dos aposentados, não passa de 1% na sua remuneração, enquanto o índice de inflação acumulado no ano ficou em torno de 6,3%.

Se ao menos, a exemplo de muitos países, tivéssemos a garantia de um atendimento mínimo na rede pública de saúde, que desse a tranqüilidade mínima para não morrer

à míngua por falta de assistência médica, como ocorrido com o então Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, talvez não dependêssemos tanto da expectativa de reajustes salariais.

É bom lembrar que, em se tratando de um ano eleitoral, quem sabe o Congresso não acata propostas alvissareiras, mas de pouca chance de virem a ser aprovadas pelo Governo.

Ainda bem que, entre 13 de junho e 14 de julho, teremos a Copa do Mundo de Futebol, quando esperamos poder torcer pela nossa seleção alcançar o sonho alentado do **hexacampeonato mundial** em nosso solo amado. ●

RENATO VERAS, DIRETOR DA UNATI/UERJ,

contempla o futuro do cada vez mais longo processo de envelhecer no Brasil

VisãoAPSEF - Como será envelhecer nos próximos 20 a 30 anos, no Brasil?

Renato Veras – Primeiro, envelhecer no Brasil é uma grande novidade. Até bem pouco tempo, este era um país jovem, do futuro e isso mudou significativamente e em um período muito curto. Em 70 anos, esse grupo terá crescido mais de 15 vezes, contra menos de cinco vezes o restante da população. Uma das consequências é a enorme dependência da Previdência Social. Outra, a necessidade de organizar o sistema de saúde para que o foco se dê na prevenção às doenças.

VisãoAPSEF - Contando com esse aumento da longevidade e da necessidade de cuidado com esse público, vem sendo desenvolvidas políticas públicas adequadas?

Renato Veras – Há 15 anos, não tínhamos a Política Nacional do Idoso, a Política Nacional de Saúde do Idoso, não existia o

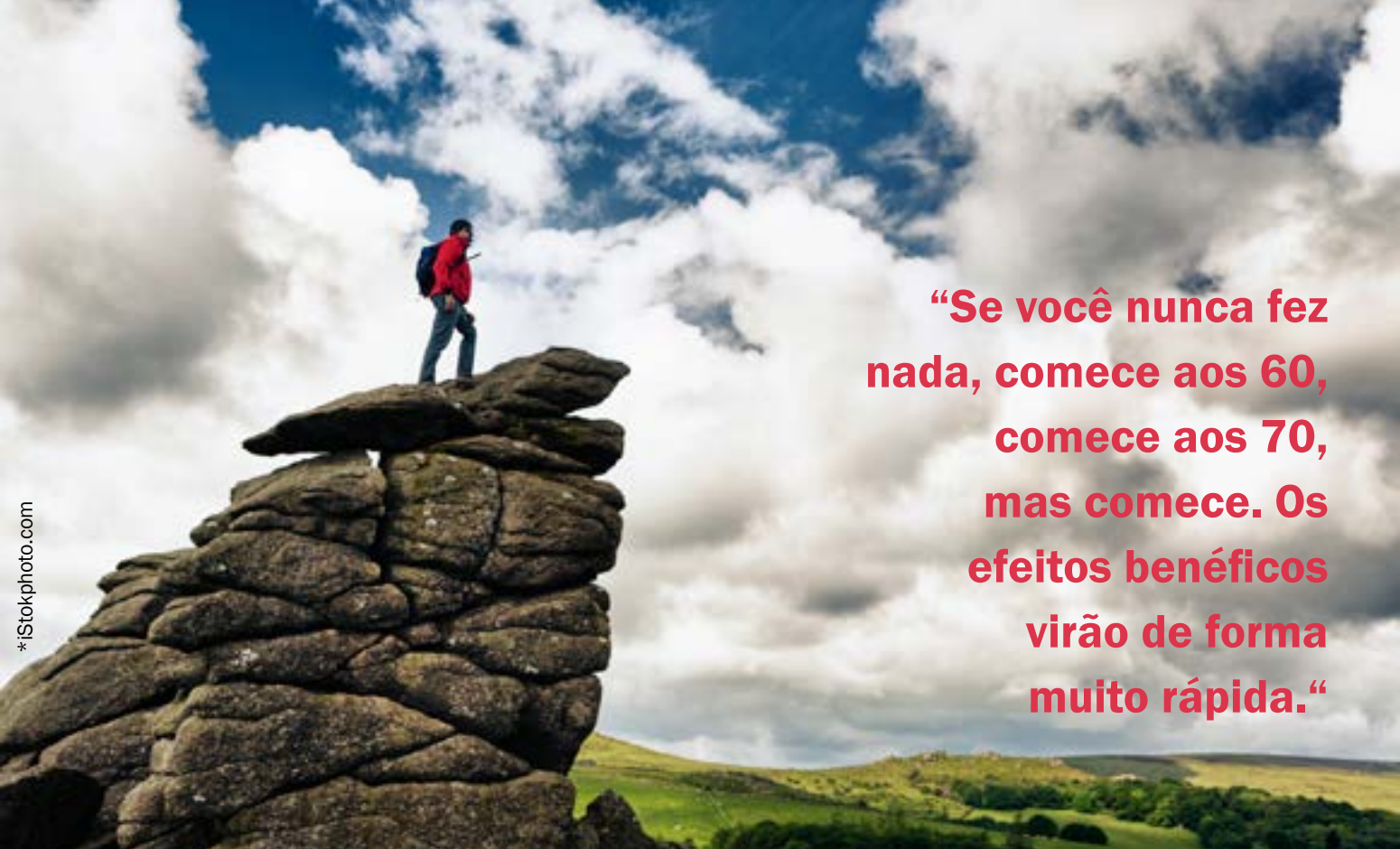
Estatuto do Idoso. Não se falava em velho no Brasil. Ainda precisamos cobrar a qualificação dos profissionais que lidam com esse grupo. Na geriatria dos hospitais e clínicas, atualmente, os médicos aprendem depois de formados. Em Copacabana, um em cada três moradores é idoso. É o bairro com a maior concentração de idosos da América Latina. Por outro lado, a carência de serviços especializados e de infraestrutura das cidades para esse contingente é absurda. É preciso ampliar os serviços e a estrutura de atenção a esse indivíduo. Mas não temos políticas públicas eficazes voltadas para eles e as cidades não estão preparadas para atendê-los. Comemoramos pelo pouco que foi feito, mas temos que lutar pela implementação de ações que deem resultados concretos.

VisãoAPSEF - Que peso tem a carga genética, a medicina moderna e as condições socioeconômicas, hoje, na saúde e

na longevidade de uma pessoa com mais de 60 anos?

Renato Veras – Podemos apontar grandes avanços nos últimos 50 anos, como as vacinas, os antibióticos, anti-inflamatórios, medicamentos em geral. No conhecimento científico houve um grande avanço e também pequenas ações. Enquanto na população jovem, tenta-se curar as doenças. Nas pessoas com mais idade, as doenças já aparecem crônicas, não têm cura. Mas temos tecnologia para mantê-las adormecidas ou em sua expressão mais baixa. Bem monitoradas, é possível estender com qualidade o tempo de vida desse paciente. E isso muda por completo a própria perspectiva do médico. Temos muito conhecimento nessa área e com isso é possível garantir mais 10, 20, 30, 40 anos de vida de forma plena, ativa, atuante. São abordagens diferentes.

VisãoAPSEF - Que impacto traz,



“Se você nunca fez nada, comece aos 60, comece aos 70, mas comece. Os efeitos benéficos virão de forma muito rápida.”

na vida de uma pessoa idosa, a adoção de medidas simples, como, por exemplo, o uso dos equipamentos de ginástica nas praças ou freqüentar uma aula de pintura? Quais serão os reflexos dessa atitude ao fim de uma década?

Renato Veras – Adotar hábitos saudáveis aos 80 anos é melhor que nunca começar. No caso da atividade física, o importante a ressaltar é que qualquer ação em que você exercite os músculos, que deixe sua musculatura mais ativa, que possibilite contato com a natureza, seja na academia cara, seja de graça, faz bem. O mesmo acontece com a ali-

mentação. Produtos não indicados, como frituras, muito sal ou muito açúcar e alimentos em versões industrializadas são menos indicados. Não precisa ter muito dinheiro para trocar esses alimentos por outros. Basta optar por alimentos mais saudáveis, como frutas, legumes e verduras e beber muita água, por exemplo.

De tempos em tempos, é importante uma visita ao médico. E não precisa ser no hospital mais caro, nem fazer todos os exames de que a medicina dispõe. Uma consulta no posto de saúde tem o mesmo efeito. O que precisamos colocar na cabeça é que, com o passar do

tempo, o corpo necessita de mais cuidado. E a atividade física e a alimentação têm pesos importantes nesse processo.

Quem fuma está resumindo muito a sua qualidade de vida. O álcool tem o mesmo efeito. E o terceiro é o estresse. A pessoa estressada fica deprimida e costuma reclamar muito da vida. A quarta é a alimentação e a quinta o sedentarismo. Esses cuidados já elevam a qualidade de vida. Mas a sociedade ainda não entendeu que precisa se cuidar e que de nada adiantam os equipamentos médicos de última geração - que estão disponíveis a poucos - se, no dia a dia, a rotina



“Quem fuma resume muito a sua qualidade de vida. O álcool tem o mesmo efeito. E o terceiro é o estresse. A quarta é a alimentação e a quinta o sedentarismo.”

é ficar em frente à televisão, comendo, bebendo e fumando.

VisãoAPSEF - Sendo a Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI/UERJ), pioneira em sua proposta, qual o impacto da inserção desse modelo na qualidade de vida dos idosos?

Renato Veras – A sociedade idosa brasileira é de 23 milhões de pessoas. Daqui a sete anos, serão 32 milhões. O crescimento é exponencial. Mas nossa capacidade de fazer ainda é muito menor que a necessária. Está sendo feito muito, mas daria para ser feito muito mais. Mas para isso seria preciso mais apoio. É preciso que tanto o setor público,

quanto o privado invistam mais nessa área, pois o Brasil está crescendo, em 20 anos, o que outros países levaram 100 anos para aumentar. Investir mais ainda é a melhor opção que todos nós temos.

VisãoAPSEF - A UnATI/UERJ foi criada em 1993. Dentro do seu abrangente contexto de atuação, que conhecimentos acumulados nesse período foram inseridos nas políticas públicas de saúde e nos programas sociais, de forma a desenvolver ações mais próximas dos cidadãos idosos? Em que medida a disseminação desse conhecimento proporciona mais qualidade de vida para quem já faz parte da terceira idade?

Renato Veras – Vejo pouca mudança do setor externo. Por outro lado, muitos estados já contam com profissionais capazes de discutir o envelhecimento da sociedade. Pouco a pouco cresce o movimento de pessoas engajadas com essa mudança, em parte devido ao nosso trabalho na UnATI/UERJ. Muito em função do empenho em convencer secretários de Saúde, dirigentes, pessoas à frente das gestões, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, da importância desse grupo. Só que mudanças comportamentais, mudanças de lógica, demoram muito mais tempo do que a gente imagina. Valorizamos muito a medicina mais sofisticada, os aparelhos, os exa-

“Com o passar do tempo o corpo necessita de mais cuidado. E a atividade física e a alimentação têm pesos importantes nesse processo”

mes, as máquinas fantásticas. Mas percebemos que a melhor coisa seria investir em coisas simples, mas que sejam mais benéficas para o conjunto da sociedade. Quantas pessoas podem ir a um laboratório caríssimo, fazer exames de R\$ 5 mil, R\$ 10 mil? Em compensação, quantas podem caminhar, ter uma alimentação mais saudável, ir ao centro de saúde regularmente, fazer uso das suas vacinas quando o Ministério da Saúde divulga sua liberação. Por isso, é preciso qualificar profissionais para essa nova lógica do cuidado e da prevenção, ao invés de centrado nos hospitais e nos remédios.

VisãoAPSEF - A autonomia é parte de um conjunto de capacidades que os idosos relatam como essencial para se viver bem. Ela é algo que depende exclusivamente do estilo de vida ou das consequências inevitáveis do envelhecimento?

Renato Veras – Não há uma regra igual para todos. Mas, no conjunto da população, quem

não tem ou teve menos influência daqueles cinco fatores de risco já citados, certamente vai viver com mais qualidade. Mas é difícil. Em uma vida agitada, cheia de dificuldades, beber, fumar, comer, são escapes do dia a dia. Não existe um meio ideal. Só no caso do ratinho em laboratório para controlar todos os fatores. E mesmo uma pessoa que fez tudo direitinho pode morrer de repente. Garantia não tem. Mas a possibilidade de sucesso é maior para as pessoas que seguem uma cartilha de vida saudável. E para isso é preciso monitorar, estimular. Mas ainda temos poucas ações concretas entre as políticas públicas voltadas para os idosos.

VisãoAPSEF - A estrutura de apoio que governos e sociedades, de um modo geral, colocam em funcionamento e ao alcance da terceira idade, é suficiente para chegar com independência à velhice? O que é preciso?

Renato Veras – Há uma busca por recursos e só agora as pes-

soas começam a perceber que o país está envelhecendo. Mas ainda não temos governantes que assumam a questão do envelhecimento e que entendam que temos que formar profissionais e investir. Ao mesmo tempo, existe uma guerra entre todas as áreas pelos recursos escassos. Todo mundo fala bem do idoso, mas na prática, o financiamento de ações para esse segmento é muito baixo. Seja por parte de um governo à esquerda, seja de um governo à direita. Todos têm discursos amplos, onde pouco acontece. A prioridade sempre é por construir escolas e construir estradas. Para viabilizar mais ações para os idosos, antes é preciso discutir de onde virão os recursos.

VisãoAPSEF - Quais os principais desafios contemporâneos para a nova geração de idosos, tema do XIX Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia, que será realizado no Pará, em 2014?

Renato Veras – O maior desafio é saber que se terá mais 20, 30, 40 anos de vida, pois

o avanço tecnológico está fazendo com que todo mundo viva mais do que antigamente. A ampliação desse tempo vai depender do apoio do governo e do setor privado para serviços de saúde mais modernos, onde o foco seja uma antecipação dos problemas de saúde. Os tratamentos, tão logo os problemas surjam, serão para não deixar que a doença evolua. Simultaneamente, as cidades têm que ter transportes mais fáceis para que os idosos possam sair, passear. Temos que ter cidades muito mais fraternas para com eles. A inclusão social do idoso passa por saúde, meio ambiente,

participação social. Um cidadão com saúde ajuda a sua cidade e o país a crescer.

VisãoAPSEF - Como o senhor se prepara para o próprio envelhecimento?

Renato Veras – Ao falar de prevenção, promoção, antecipação na área de saúde, obviamente eu aplico muito desses conhecimentos para mim e para as pessoas próximas de mim, e certamente eu vou ser beneficiado com mais anos de vida. Não sou eu que estou dizendo. São estudos que indicam que a pessoa que se cuida, que utiliza esses conhecimentos científicos de alguém, consolidados,

acaba usufruindo deles. Mas não os quero só para mim. Queria que as pessoas entendessem que podem ter não só muitos mais anos de vida, mas com muito mais qualidade.

VisãoAPSEF - Aos associados da APSEF, qual seu conselho para envelhecer bem?

Renato Veras – Ainda dá tempo. Se você nunca fez nada, comece aos 60, comece aos 70, mas comece. Os efeitos benéficos virão de forma muito rápida. Você perceberá que estará muito mais rápido e ativo, com condições de usufruir essa conquista que são mais anos de vida e mais qualidade também. ♦

Há mais de duas décadas à frente da UnATI, a Universidade Aberta da Terceira Idade, órgão ligado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o médico Renato Veras, de 63 anos, dirige a instituição que se tornou centro de referência nacional em bem-estar e atenção ao idoso na cidade do Rio de Janeiro. Com programas que oferecem desde assistência médica até as mais variadas atividades lúdicas e sociais, alcançando cerca de 3 mil homens e mulheres acima dos 60 anos por semestre, em 120 cursos gratuitos por ano, a UnATI entende a importância do cuidado integral à pessoa com mais idade. Ao mesmo tempo, cumpre o importante papel de qualificar e formar profissionais para lidar com quem envelhece, por meio de cursos de especialização, mestrado e doutorado. Revestido de seu duplo papel de educador e médico, Veras ressalta a necessidade urgente de o Brasil formar mais profissionais para lidar com o grupo etário que mais cresce no país.



*assessoria de comunicação da UNATI UERJ

A PRESENÇA DO PAPA FRANCISCO NO BRASIL PARA CONDUZIR A JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE NO RIO DE JANEIRO EM JULHO DE 2013

* Leonardo Soares

O Papa Francisco dá uma lição ao mundo: com o surpreendente e encantador exemplo de humildade, transmitiu durante a Jornada Mundial da Juventude uma mensagem coerente de intimidade entre os corações, união e paz entre as pessoas do bem e do amor de Cristo, como doação da vida e doação de cada um ao próximo, conclamando a todos para tratar com carinho os jovens -que representam o futuro da humanidade e os idosos – pela experiência e sabedoria!

A vinda do Papa Francisco ao Brasil não foi, definitivamente, marcada pela indiferença. Religiosos de todas as confissões, políticos de todos os matizes, congratularam-se da mensagem de simplicidade e intimidade entre corações que o Papa trouxe, bem como de sua coerência. Todos nós fomos pegos de surpresa: a comoção social, a coesão de um espírito único, o sentimento de acordo voluntário entre milhões de pessoas, a densa emoção que uniu pessoas de boa fé, pode ser vista ali, na praia de Copacabana. Um sonho alentado por todos, de união e paz, acontecia, como por milagre do Papa Francisco. Em nosso íntimo, indagávamos-nos: como pode ser possível quatro milhões e meio de pes-

soas reunidas em um espírito de paz e união, com os corações voltados à construção de um mundo mais acolhedor, mais próximo de um lar?

O que aconteceu não poderia ser explicado por um conjunto de crenças mortas, regras e costumes ou preceitos morais. Diante de tanta calamidade em nosso dia-a-dia, não acreditávamos mais que a paz fosse possível em tão larga escala. Nossa desconfiança em relação à religião nos fez esquecer que ela pode ser fonte de liberdade e da criatividade comunitárias, produzidas por uma rede ilimitada de consciências conectadas, em uma “comunhão dos santos”. Havia ali uma densa convergência entre nossa liberdade mais fundamental e tra-

dições milenares que formam a ponte dessa conexão, o leito do rio por onde corre a doação cristã da própria vida ao outro. Esse é o plano divino apresentado pelo Papa Francisco.

A vinda de Francisco nos fez lembrar que o Cristianismo é capaz, sim, de realizar algo intensamente vivo, alegre e criativo: uma visão do “reino de Deus” bem aqui, nessa vida, bem ali, na Praia de Copacabana.

Em seus diversos discursos e homilias, Francisco lembrou àqueles que querem ser cristãos, que existem alguns fardos - leves, como diria o salmista - a carregar. O primeiro desses fardos vem da recusa à lei do mais forte, à idéia Maquiavélica de que o mais poderoso sacia seus impulsos em detrimento

do menos poderoso. Tal recusa, leva-nos a repudiar e combater a exploração dos mais indefesos, principalmente dos idosos e dos muito jovens. Leva-nos, ainda, a recusar os esquemas poderosos e, algumas vezes, mafiosos, dos políticos que visam apenas e tão somente sua auto-preservação e poderes cada vez maiores e mais ameaçadores às nossas liberdades.

O segundo fardo vem da recusa ao império do material sobre o espiritual. Francisco vem nos admoestar ao recolhimento, à pobreza de caprichos e de necessidades e nos inspirar sentimentos sublimes, de proximidade e empatia com o Divino, acreditando que esse sim seja o único caminho para a iluminação.

O terceiro fardo é, simultaneamente, entender e refutar as inúmeras ideias relativistas, de origem materialista, que são propagadas no debate público, muitas vezes, como se fossem verdades irrefutáveis. São idéias que objetivam atacar os fundamentos transcendentais do Cristianismo. Atacar a fé, esse ato humano que, sem contradizer a razão, situa-se além do alcan-



ce da ciência. Na modernidade, esses argumentos vêm constantemente embalados em roupagens “científicas”. São enunciados pretensamente racionais, mas que ignoram o microscópico escopo de nosso conhecimento e a gigantesca fronteira de nossa ignorância.

Proclamam, como que por dedução lógica, que Deus está morto, por acreditarem que a ciência, enfim, explicará tudo. Sem reconhecer que essa visão também é, essencialmente, especulativa e não possui nenhuma vantagem epistemológica em relação ao sistema teísta. Tentando jogar para debaixo do tapete que foi precisamente o sistema teísta que inspirou os feitos de gênios científicos como Einstein, Newton e tantos outros.

Francisco deu ênfase, em seus discursos, a esses três

temas - a necessidade do desprendimento material, a necessidade de abertura para a experiência transcendente do amor Cristão e a necessidade de acolhimento dos idosos e jovens, tendo-os demonstrado, sobretudo, em seus atos.

Francisco chegou a bordo do aparelho que representa um dos ápices da civilização ocidental, um avião a jato, para, em seguida, entrar em um singelo carro 1.0, acessível a quase todo trabalhador urbano. A mensagem de desprendimento começava ali. Em um mundo progressivamente rico, no qual um humilde trabalhador pode se deslocar para qualquer lugar, até mesmo sobre os oceanos, comunicar-se com todo o mundo instantaneamente, com mais facilidades materiais do que um rei na Idade Média, Francisco insiste que nossa na-

tureza mais preciosa é íntima e espiritual, e que devemos ter menos camadas por sobre ela. Insiste que riquezas supérfluas são camadas desnecessárias que sufocam nosso espírito, dificultam nossa comunicação com o Divino sem, no entanto, dar-nos nada em troca, nenhum ganho pessoal.

É importante destacar a palavra “supérfluas” e lembrar outro fardo Cristão: a extrema dificuldade em aplicar os princípios gerais do Cristianismo em nossa vida concreta e cotidiana, dificuldade já apontada por São Tomaz de Aquino. O Papa não abriu mão do automóvel,

tampouco do avião. Ele continuou aprovando e utilizando os bens produzidos pela economia moderna, sem, no entanto, fechar os olhos para as camadas de peso que ela, muitas vezes, impõe sobre nossos espíritos.

Francisco falou de abertura, magnanimidade, espírito largo. E em seus atos, acolheu a todos. Lembrou-nos de que todos aqueles que caminham na direção do bem, renunciam à maldade cotidiana e se ferem

diariamente em sua sensibilidade íntima ao perceber o sofrimento do próximo são, igualmente, chamados de filhos de Deus e ganham o Céu.

O Papa Francisco dedicou uma homilia especialmente aos idosos e jovens. Ele deu especial atenção à importância dos avós na transmissão da fé e



dos conhecimentos, tanto mundanos quanto espirituais, baseando-se na realidade de que o idoso é um especial portador de sabedoria e de conhecimentos acumulados. Insistiu na necessidade de que a sociedade acolha e integre os idosos não apenas para que eles, idosos, tenham uma vida mais plena e em comunhão com toda a sociedade, mas para que a sociedade mesma se enriqueça ao se abrir às experiências e

vivências dos homens e mulheres que, por mais tempo, têm habitado esse planeta.

Os idosos representam um depósito inestimável de histórias, de lutas, de inquietações e de ponderações. Em tempos de relativismo e agitação, a sabedoria dos idosos pode nos ajudar a viver uma vida bem vivida, do início ao fim, evitando as armadilhas que o mundo nos coloca, evitando algumas más inclinações que possuímos - que podem nos levar à ruína - ajudando-nos a discernir o que é real do que é apenas um sonho ou até, muitas vezes, uma má ideia disfarçada de boa intenção.

Finalmente, o Papa Francisco, ao estar disponível por todas aquelas horas, ele próprio um idoso, aos 76 anos de idade, com invejável energia psíquica, fez-nos lembrar da importância da saúde espiritual, fonte e fundamento de sua alegre e enriquecedora vida, para ele próprio e todos nós, sem exceção. ●

*Leonardo Soares, empresário

DESCASO

NO CUIDADO DO IDOSO:

a triste realidade da cultura brasileira.

O envelhecimento no Brasil ainda não é pauta de uma agenda política forte. Na teoria, a proteção às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos progrediu sob os impactos da Política Nacional do Idoso (PNI, Lei nº 8.842, de 1994) e do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 2003). São normas avançadas, pensadas para criar condições e assegurar meios para aproveitar essa outra fase da vida.

Na prática, a idade de uma pessoa idosa não lhe assegura, de imediato, acesso às políticas públicas. Fora do convívio social e desinformada dos direitos e dos mecanismos de proteção e defesa ela pode, em muitos contextos sociais, conviver com elevados desrespeitos de direitos, independentemente do segmento ou da classe social da qual faça parte.

O senador Paulo Paim, na época deputado federal e relator

do projeto que originou o Estatuto do Idoso, avalia que muitos aspectos precisam ser aperfeiçoados para garantir sua efetividade. Para ele, o Estado brasileiro e a sociedade até agora não se apropriaram do Estatuto como ferramenta. “O idoso ainda não recebe a devida atenção nas nossas políticas públicas, e o tema é de difícil acompanhamento pela maior parte do público”.

Um dos primeiros a apontar que as leis para proteção do cidadão mais velho são cumpridas apenas em parte, o senador afirma que falta fiscalização do Poder Público e da Sociedade. Mas insiste com propriedade que não bastam somente leis. “É preciso que as entidades civis se apropriem dessas leis e passem a exigir o seu cumprimento. É assim em qualquer parte do mundo. Infelizmente o Brasil não está preparado para o envelhecimento. As coisas são imediatistas. Falta-nos uma cultura nesse sentido.

Temos que preparar os ambientes, principalmente os escolares: educação”.

Apesar da posição do senador, o envelhecimento parece que não faz parte do projeto de educação para o país, pela maior parte dos políticos. O tema não integra o projeto de lei do Plano Nacional da Educação (conjunto de diretrizes e metas para o avanço da Educação) para o período de 2011 a 2020, há três anos tramitando no Congresso. Como consequência, o envelhecimento não será debatido nas escolas; assim como o analfabetismo entre os idosos não será enfrentado. Profissionais de todas as áreas serão graduados sem qualquer noção sobre o envelhecimento e as especificidades da clientela idosa, mas terão de lidar com uma população cada vez mais envelhecida.

Ainda assim, o Estatuto reconheceu direitos a quem tem mais de 60 anos, com sanções e



punições previstas para a família, as instituições e/ou o próprio Estado, caso sejam violados. E definir sanções administrativas para o não cumprimento dos dispositivos legais, atribuindo ao Ministério Público a responsabilidade de agir para garanti-los, foi um ponto positivo.

Por outro lado, até hoje recebe críticas o fato de o Estatuto não ter estabelecido prioridades para sua efetivação. Na lei, o idoso deve gozar de políticas específicas e prioritárias. O dinheiro para tudo que precisa ser feito também não teve estabelecidas as fontes para o seu financiamento – o que invariavelmente resulta numa divisão mal planejada dos custos entre a sociedade. – Basta lembrar que no Orçamento

do Plano Plurianual 2012-2015, por exemplo, o envelhecimento populacional foi desconsiderado como diretriz.

Karla Cristina Giacomini, presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) entre 2010 e 2012, fez duras críticas ao Estatuto, segundo ela feito apenas para apagar incêndio e que muitas vezes reforça uma imagem negativa da pessoa idosa.

Para a geriatra, apesar da urgência em ser compreendido como uma política do interesse de todos, um dos maiores problemas para a materialização do que manda o Estatuto é o fato de o poder público dificultar a implementação dos instrumentos de controle da execução da política orçamentária (Política Nacional

do Idoso) aos Conselhos (federal, estaduais e municipais) dos Direitos do Idoso, que segundo o governo existe em pouco mais da metade dos municípios (51,5%).

Nos últimos dez anos, a coordenação da PNI mudou de mãos cinco vezes, o que explica, em parte, por que até hoje não foi efetivada: de 1994 a 2003, era do Ministério da Previdência e Assistência Social; de 2003 a 2008, esteve com o da Assistência Social; de 2008 a 2009, com o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; em 2009, passou para o Ministério da Justiça; e em 2010, foi para a Secretaria de Direitos Humanos (que tem status de ministério).

Se o Estatuto do Idoso conseguiu elevar a atenção ao en-



velhecimento, muito do Estatuto ainda é ignorado. Mais que isso: desconhecido. Não é difícil de entender quando uma parte significativa da sociedade ainda vê o idoso como uma pessoa de menor valia, que não tem vontade própria e sobre a qual a família passa a tomar conta, e que a vida simplesmente não muda a partir do envelhecimento.

Porém, é essa mudança a partir do envelhecimento que todo político não faz questão de ver quando entrega o centro de convivência com hidroginástica para o idoso lúcido e saudável. A vivência permite à advogada Pérola Melissa Vianna Braga, consultora legislativa e profes-

sora, autora de livros dedicados à legislação sobre a pessoa mais velha, enxergar que para o idoso doente não existe política pública no Brasil.

Ela relata que para aquele com mais de 80 anos, acamado porque voltou de um hospital com três AVCs, sem família, não há hospital de retaguarda. Não tem clínica especializada; não tem um programa sério de cuidados paliativos; não tem um programa de Saúde da Família com geriatra acompanhando. Em muitos casos, esse é um idoso que não fala com a família há 30 anos, mas que o assistente social do hospital insiste para que a filha busque, pois não tem como mantê-lo lá – também não há instituição pública de longa permanência e as que existem são particulares – e o hospital precisa desocupar aquela vaga. “A filha vai maltratar ele, porque de certa forma aquele não é o pai dela! Esse idoso vai voltar em duas semanas para o hospital, engasgado ou de uma queda da própria altura”.

Para Pérola, o poder público precisa enxergar a pessoa mais velha não só como um mercado consumidor, mas como parte

da sociedade que merece uma política pública especial. E reconhecer que o idoso não vive mais como antigamente, cercado pelos filhos. “A família mudou de conceito”.

Novas demandas para as políticas públicas

O abismo que há 10 anos havia em relação a países com bases mais sólidas de proteção aos seus cidadãos mais velhos, como os da Europa e os Estados Unidos, ficou menor. Mas esses países também criaram novas leis para proteger aqueles com 70 anos ou mais, fase em que a saúde se torna mais frágil.

Se o Brasil instituiu o fornecimento gratuito de medicamentos, especialmente os de uso contínuo, e de próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação, em contrapartida, a proteção ao idoso ainda tem dificuldade em lidar com a dependência funcional provocada pelo envelhecimento. A questão já é uma das mais relevantes da agenda pública. Seja pelo que implica de perda da autonomia e redução do bem estar, seja no que impacta no crescimento da demanda por serviços de cuidados.

“O país precisa investir na formação de cuidadores, geriatras, fisioterapeutas e outros profissionais que se dedicam ao atendimento dos idosos”, diz Paim. A modalidade relativamente nova de serviços de proteção já se tornou um desafio para os sistemas de proteção social, pela necessidade de cuidados de longa duração para o apoio a atividades da vida diária.

Para lidar com essa questão e entendendo a dependência como um novo risco social, alguns países têm investido no chamado seguro dependência, um novo ramo de seguro social para o pagamento de serviços de cuidados. Outros têm avançado na política de proteção às pessoas em situação de dependência a partir da ampliação da oferta pública de serviços.

No campo dos programas de garantia de renda, o aumento da proporção de pessoas idosas faz pressão sobre os sistemas de seguro social. Mas cresce em escala maior a pressão sobre os programas não contributivos de garantia de renda. Paim avalia que a defasagem salarial dos aposentados traz prejuízos irreparáveis. Por isso, defende que

o reajuste dado ao salário mínimo precisa ser estendido aos aposentados e pensionistas, sem comprometer o equilíbrio financeiro da previdência social.

Por outro lado, Pérola alerta que os empregadores, sejam públicos ou privados, precisam se preocupar e se preparar para o envelhecimento do seu trabalhador e preparar o trabalhador para o envelhecimento. “As empresas precisam exercer seu papel social, criando programas internos de preparação para a aposentadoria, ou até de preparação para o desemprego, no caso do desligamento”.

Representação política escassa

Esse cidadão que envelhece se ressentido da falta de mais representação política. As associações de aposentados e pensionistas são muito importantes, pois estão entre as poucas instituições que fornecem orientações sobre leis e sobre o envelhecimento, dirigidas a esse público. Mas as iniciativas ainda são tímidas. “Sempre existe o político que se autointitula defensor dos idosos. Precisamos que o idoso se perceba como protagonista da vida política do país

e questione quem ele elege”, orienta Pérola.

No dia a dia, o que se percebe é uma profusão de especialistas em meio ambiente, muitos especialistas na área rural, uma leva de especialistas em mulher, em minorias raciais, em minorias por opção sexual, outros tantos especialistas em crianças e adolescentes. Mas faltam políticos especialistas em envelhecimento e na defesa dessa categoria. Os conselhos, as ONGs, as associações, em geral discutem a saúde, o bem estar, a individualidade. Mas a advogada observa que discutem pouco a manutenção do exercício político ao se envelhecer.

Há mais de 15 anos acompanhando o segmento, Pérola diz que é preciso aumentar essa representatividade com gente que conheça o envelhecimento. “O envelhecer é personalista: cada um entende do seu. Não é por que um político é idoso que ele entende de envelhecimento. É preciso conhecimento técnico, como situação de vida, para criar políticas públicas. E para não aprovar leis que não tenham significância nenhuma para quem já tem mais de 60 anos”. ●

PROJETOS EM EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO

Nacional, de interesse de idosos e aposentados, continuam aguardando votação em ritmo cada vez mais lento

PEC 555/2006 – Substitutivo do Deputado Arnaldo Faria de Sá

Apesar da grande mobilização dos aposentados, de seus representantes e de apelo veemente ao Presidente da Câmara Federal, em 20/03/2013, até o fechamento desta Edição, o Substitutivo da PEC 555/2006 não havia sido incluído na Ordem do Dia para votação.

Embora se trate de uma PEC que procura minimizar os efeitos da cobrança da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas, criada pela EC nº 41, de 2003, que se constituiu em uma das mais cruéis medidas já tomadas contra os servidores públicos, não sensibilizou a Bancada do Governo para sua votação, mesmo com a proposta contida no Substitutivo que permite a redução na alíquota de contribuição em 20% ao ano, até sua completa extinção aos 65 anos de idade, amenizan-

do os efeitos dessa verdadeira afronta ao ato jurídico perfeito.

É bom lembrar que a cobrança previdenciária dos já inativos, sem a expectativa de uma contraprestação, é despropositada, um fardo pesado para aqueles que dependem apenas da aposentadoria para sobreviver e irrelevante no que diz respeito à arrecadação do governo, já que todo o valor das contribuições de um ano não corresponde sequer a um décimo do que o próprio governo abre mão por meio de renúncias fiscais.

PEC 170/2012 - Garante a servidor aposentadoria integral por invalidez

Logo após a aprovação do parecer favorável do Relator da PEC 170/2012, Deputado Odair Cunha, mais conhecida como a PEC da Isonomia, na Comissão de Constituição de Justiça e de

Cidadania – CCJC, já foi criada Comissão Especial pela Presidência da Câmara dos Deputados, composta de 20 (vinte) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, com a finalidade de proferir parecer sobre o seu mérito.

A proposição, de autoria da Deputada Andréia Zito, garantirá proventos integrais a todos os servidores públicos aposentados por invalidez, desde que tenham ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003. A limitação decorre do advento da Emenda Constitucional 41/2003 que fixou novas regras para aqueles que adquirirem o direito de aposentadoria, a partir de sua vigência.

A APSEF acredita no espírito de justiça e soberania dos parlamentares para votação da proposta, para que seja devolvido àqueles servidores o respeito

merecido, uma vez que contribuíram com sua saúde para o Estado e agora merecem dignidade para sobreviver com mais recursos, para custeio da sua subsistência familiar.

PLS 352/2011 – Votação de Substitutivo pode fazer avançar o atendimento aos pacientes com câncer

Com a aprovação no Senado, no dia 22 de outubro, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado – PLS 352/2011, os planos de saúde ficam obrigados a custearem medicamentos quimioterápicos de uso oral nos tratamentos contra o câncer. O Projeto prevê também procedimentos radioterápicos e de hemoterapia, desde que estejam relacionados à continuidade da assistência prestada na internação hospitalar.

Segundo a autora do Projeto, senadora Ana Amélia, que comemorou a aprovação do substitutivo, o projeto que agora vai à sanção, vai “aliviar” o Sistema Único de Saúde (SUS) já que, como os planos ainda não fazem esse tipo de cobertura, o SUS acaba assumindo muitos



Projetos tramitam a passos de tartaruga

desses pacientes, bem como seus custos assistenciais.

O projeto pretende beneficiar pacientes de ambos os sexos e integra agenda prioritária instituída pelo Congresso Nacional como parte das atividades do Outubro Rosa, movimento a que se integrou na luta contra os tumores da mama.

De acordo com a Senadora, em 15 anos, 80% dos tratamentos oncológicos serão feitos na casa do paciente, com medicamentos de uso oral. Atualmente, ainda segundo a Senadora, as empresas de saúde são obrigadas a arcar apenas com cirurgias e com os custos ambulatoriais, dependendo da cobertura do plano.

PLC 45/2012 – Modifica o Estatuto do Idoso, vedando a exigência de comparecimento do idoso enfermo a órgãos pú-

blicos, assegurando-lhes tratamento domiciliar para obtenção de laudo de saúde

Aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado Federal, em decisão participativa, em 23 de outubro, o PLC 45/2012, de autoria da Deputada Rebecca Garcia, tem como proposta modificar o Estatuto do Idoso, pondo fim à exigência de comparecimento de idosos a órgãos públicos, quando estiverem doentes, seja para solução de assuntos próprios ou para atendimento de demanda do órgão, cabendo à autoridade as providências para o atendimento no seu domicílio.

Em se tratando de assunto pessoal, o idoso poderá, ainda, indicar procurador legalmente constituído para sua representação e a consequente solução.

Também fica assegurada pelo projeto a obtenção de laudo de saúde em atendimento domiciliar pela perícia médica do INSS ou por serviços públicos e privados de saúde.

A APSEF espera que os projetos, após aprovados e transformados em lei, sejam realmente cumpridos!



ALERTA ASSOCIADOS: “O Internauta golpista” - falso amigo das redes sociais que envia presente para conquistar a confiança da vítima

A Secretaria da Receita Federal divulgou notícia, alertando sobre um novo tipo de golpe que está sendo aplicado pela internet. Diversas queixas foram registradas pelo Órgão por pessoas que foram enganadas no estado de São Paulo.

De acordo com aquela Secretaria, o internauta golpista, após conhecer alguém na rede, envia a ele presentes pelos Correios, em geral de baixo valor, para garantir a gratidão e a confiança das vítimas.

Passados alguns dias depois, o golpista aciona essas vítimas com pedido de ajuda, dizendo que tem um problema que precisa ser resolvido rapidamente, uma encomenda retida no aeroporto, insinuando que a pessoa será recompensada. Para resolver, é necessário um depósito, na faixa de R\$ 2 a R\$ 3 mil, em uma determinada conta corrente bancária.

Depois que a vítima faz o depósito da quantia solicitada na conta bancária informada, o

internauta golpista desaparece da rede. Essa conta é de uma outra pessoa, um laranja, que apenas empresta o nome ao falsário.

Assim, a APSEF alerta seus associados para redobramos seus cuidados com proposta de amizade com pessoas desconhecidas nas redes sociais, principalmente quando envolver recebimento de brindes, para que não sejam abertas brechas para os golpistas conseguirem ganho fácil e criminoso. ●

CRÉDITO INTELIGENTE

O ECONOMISTA GUSTAVO GERBASI

explica como usar o crédito de forma inteligente e a falta de consciência sobre o seu papel no Brasil.

Existe uma nítida distinção entre o crédito de qualidade e o crédito ruim, mas a falta de debate sobre o assunto dificulta que os brasileiros percebam isso. Endividar-se ou tomar dinheiro emprestado de maneira planejada nada mais é do que alugar recursos monetários de terceiros – normalmente, uma instituição financeira. Como o pagamento desse aluguel, na forma de juros, pesa no bolso, deveria ser razoável supor que ele vale a pena quando agrega benefícios, e que deve ser descartado quando tende a causar problemas.

Mas, infelizmente, nossa inabilidade em planejar o futuro nos impede de vislumbrar os tais problemas. Muitas famílias brasileiras que assumem financiamentos de moradia ou automóvel o fazem de maneira consciente e com boas intenções. Porém, sem fazer a devida comparação entre as opções de que

dispõe e sem contar com um orçamento doméstico consciente, sucumbem em poucos meses a empréstimos caros e não planejados, normalmente através do cheque especial ou do crédito rotativo do cartão de crédito.

Há o caso mais grave da total falta de consciência, quando as pessoas recorrem ao crédito simplesmente para atenderem a desejos de consumo, como um pacote de férias ou a compra de uma tecnologia da moda. Fazem isso simplesmente porque a maioria das pessoas que conhecem também o fazem, crentes de que pagar juros é a realidade da vida moderna.

Falta, no Brasil, um choque de consciência sobre o papel do crédito. A decisão de contrair uma dívida é inteligente somente quando serve para construir mais riqueza. Isso acontece quando um empresário compra máquinas para expandir sua produção, empregos e paga-

mento de tributos. Ele paga juros, mas colhe resultados muito maiores do que obteria sem o endividamento. Isso também acontece quando uma família decide financiar a compra de um computador, da faculdade do filho, do curso técnico que permite subir na vida ou do automóvel que conduz o trabalhador a uma oportunidade melhor de emprego.

”Se todos os brasileiros usassem crédito com inteligência e consciência, comparando alternativas para pagar menos, planejando suas finanças para honrar compromissos e pagando juros para enriquecer ou para preservar os cuidados com seu futuro, o crescimento econômico do país seria inevitável.”

Porém, quando esse trabalhador compra um automóvel

mais confortável do que o orçamento familiar dos próximos meses irá comportar, ele rompe os limites do crédito inteligente e passa a arcar com o ônus do crédito ruim. Paga caros e desnecessários juros para ter um conforto que poderia ser adquirido com disciplina e paciência. Se o automóvel é necessário, poderia-se atender a essa necessidade com uma gama muito ampla de preços de automóveis usados, e não apenas através de anúncios de carros novos.

Pagar juros desnecessariamente diminui nossa qualidade de vida. Não é sensato financiar desejos de consumo planejáveis, como as férias, o design do carro, o último modelo de smartphone ou a TV de maior tecnologia. Essas deveriam ser escolhas de consumo de quem já garantiu o conforto da família com um bom planejamento da aposentadoria e bons planos de seguros.

Há uma segunda categoria de crédito inteligente, aquele que é contraído não para gerar riqueza, mas para preservar planos de longo prazo. É o que acontece quando, para evitar resgates no plano de pensão ou

de previdência ou para não desfazer os planos para a faculdade dos filhos, uma família mantém o dinheiro poupado e recorre a empréstimos. Paga conscientemente juros com a justificativa de ser o preço da preservação do futuro da família.

Se todos os brasileiros usassem crédito com inteligência e consciência, comparando alternativas para pagar menos (como pode ser feito online pelo site Canal do Crédito – www.canaldocredito.com.br), planejando suas finanças para honrar compromissos e pagando juros para preservar os cuidados com seu futuro, o crescimento econômico do país seria inevitável. Mas, como a maioria usa o crédito para tornar mais caro aquilo que é planejável (sendo, inclusive, fortemente estimulado pelo governo a fazer isso), estamos andando para trás e empobrecendo.

Reverteremos esse quadro somente quando soubermos planejar, fazer escolhas sustentáveis e comparar conscientemente as escolhas de crédito que temos a nossa disposição. É uma pena que ainda estamos bem longe dessa realidade. ◆



*Daniel Rosa

Gustavo Cerbasi é consultor financeiro e autor de Casais Inteligentes Enriquecem Juntos (Ed. Gente), Como Organizar sua Vida Financeira (Elsevier Campus) e Os Segredos dos Casais Inteligentes (Ed. Sextante). Acesse os perfis no Twitter e Facebook.

Fonte: www.maisdinheiro.com.br.

OS FUTUROS DA GENTE

O FUTURO PODE SER MODIFICADO,

Mas basta planejá-lo não é ficar parado esperando que ele dê certo.

Sempre tenho respondido àqueles que me perguntam: “o que podemos fazer para melhorar a nossa saúde?”, e muito tenho escrito sobre este tema, dizendo que a melhor maneira que temos para isto é assumir determinadas condutas já conhecidas e planejar e executar bem o nosso futuro. Não existem formas simples e mágicas.

O mundo civilizado desde há muitos e muitos anos, sabe que devemos pensar no futuro e que podemos modificá-lo de acordo com o chamado “jogo do conhecido, desejado e possível”.

E muitos estão de acordo que temos diferentes futuros e que devemos e, muitas vezes podemos, escolher o que mais se ajusta aos nossos desejos e possibilidades.

Pensar em futuro não é luxo

como muitos alegam como desculpa. Somos mais sofrendores na medida em que não fazemos os nossos planos para o futuro. Somos mais doentes quando não adotamos estilos de vida saudáveis e não fazemos a prevenção das doenças possíveis e não evitamos os fatores físicos, químicos e biológicos. Morremos mais cedo na medida em que não pensamos no futuro e não fazemos planos de vida futura.

O nosso futuro, caros amigos, deve ser planejado para que se possa alcançar mais momentos de satisfação e felicidade.

E ele pode ser modificado sim. Pensar no futuro é uma obrigação de todos. Pai de família, vamos pensar no futuro? Sra. Presidente do Brasil e senhores políticos responsáveis, vamos pensar no futuro do nosso país, ou apenas continuar com medidas paliativas atuais nas pers-

pectivas das próximas eleições? Sim, porque cada Presidente no Brasil faz seu plano, quando faz, para “ele ou eles” e não para o futuro do país.

Os “gritos” dos sofridos e as “pedras” dos “black blocs” apareceram, antes do esperado por muitos. Os efeitos estão aparecendo e as causas vêm aumentando rapidamente, como temos constatado.

Vamos evitá-las para a melhoria de nosso país? Porque os efeitos virão maiores e mais dramáticos se o nosso comportamento não mudar.

Claro que não é fácil pensar e modificar os nossos futuros alternativos. Certo que, torna-se cada vez mais difícil manobrar as variáveis condicionantes e intervenientes. Mas é possível acertar, sim, e diminuir os erros durante o caminho.



“Os gritos dos sofridos e as pedras dos black blocs apareceram, antes do esperado por muitos. Os efeitos estão aparecendo e as causas vêm aumentando rapidamente, como temos constatado.”

Planejar o futuro não é fazer o plano e ficar parado esperando que ele dê certo.

Há alguns anos atrás, recebi através de uma sociedade futurista, da qual faço parte, o plano da Mitsubishi para daqui a 100 anos. Sim, um século para o futuro. As empresas pensam assim e o nosso governo não.

Claro que o plano poderá e deverá ser adaptado com o passar dos anos, mas demonstra a responsabilidade da empresa para com o seu futuro e, consequentemente, com o dos seus clientes, empregados e assim

sendo, também com todo o povo japonês.

No meu livro, “O Futurista e o Adivinho”, publicado em 2001, escrevi sobre o que seria possível e desejava para o Brasil, que chamei de “Futurolândia”, para o ano 2010. Acertei pouco. Depois eu conto alguns detalhes importantes do que não aconteceu. E por que não?

Mas muito pode ser feito pelas próprias pessoas, indivíduos e famílias, em pensar no futuro e tentar uma melhor saúde e maior longevidade com a qualidade de vida desejada, como já

destaquei em artigo publicado na Edição 18, desta Revista.

Vamos utilizar esta prática em nossas casas e também exigir que os nossos dirigentes também pensem assim. Se nós exigirmos, eles terão que pensar no futuro. Sim, porque “o futuro é nosso” e os governantes também são nossos e não, nós deles.

“Está escrito o que vai suceder amanhã”, é fatalismo ultrapassado e conformista. ◆

Dr. Antero Coelho Neto é Médico, Professor e associado da APSEF acoelho@secrel.com.br

FOZ DO IGUAÇU E A RIQUEZA DAS ÁGUAS.

Maioria de turistas que chega à cidade é atraída pela diversidade das belezas naturais que têm como astro principal as Cataratas do Iguaçu, já consagradas como uma das Novas Sete Maravilhas da Natureza

Paisagens naturais fascinantes, atrações diversificadas e uma excelente infraestrutura de serviços. Essa é a tríade que tem encantado turistas de todo o mundo que viajam a Foz do Iguaçu. Conhecida mundialmente pelas cataratas do Rio Iguaçu, um conjunto de 275 quedas d'água que chegam a 90 metros, a cidade é sede, ainda, da maior geradora de energia limpa e renovável do planeta, a Usina Hidrelétrica de Itaipu. O número de turistas acompanha essas características superlativas. Segundo dados da Secretaria Municipal de Turismo, só de janeiro a setembro deste ano, um milhão de pessoas já visitaram a cidade, quase quatro vezes o número da população que, de acordo com estimativas do IBGE, não ultrapassa os 260 mil habitantes.

Quem conhece Foz do Iguaçu justifica esse número significa-

tivo de turistas. Para o casal de empresários Francisco Gonçalves e Ana Souza, a visita à cidade, em 2011, foi uma experiência única. “Sem dúvida alguma, valeu a pena. Foz é um lugar diferente, que oferece muitas opções de lazer e descanso”, des-

tacou Ana. Segundo Francisco, as Cataratas são o ponto alto da viagem. “Embora a cidade ofereça uma gama enorme de atrativos, as Cataratas são mesmo o que há de mais espetacular. Pretendo voltar outras vezes”, ressaltou.



*foco em viagem

SAIBA MAIS: AS NOVAS SETE MARAVILHAS DA NATUREZA.

Participaram da eleição para escolha das Novas Sete Maravilhas da Natureza:



440
atrações
concorrentes,



A indicação foi feita após duas etapas que envolveram voto popular e a seleção de especialistas. Além das Cataratas, a Amazônia também foi eleita.



Brasil

é o único país com duas maravilhas entre as sete.

As demais maravilhas são: a ilha de Jeju, na Coreia do Sul, o rio subterrâneo de Puerto Princesa, nas Filipinas, a baía de Halong, no Vietnã, o Parque Natural de Komodo, na Indonésia, e a montanha da Mesa, na África do Sul.

Maravilha da Natureza

Tamanho esse encantamento gerado nos turistas, as Cataratas do Iguaçu, além de referência do turismo nacional, foram consagradas, em 2012, uma das Novas Sete Maravilhas da Natureza. O título é resultado de uma eleição promovida pela Fundação New7Wonders, com sede na Suíça. A votação contou com a participação de milhares de pessoas de todo o mundo por meio de votos pela internet e mensagens de texto.

Situada dentro do Parque Nacional do Iguaçu, que faz divisa com a Argentina, as Cataratas podem ser contempladas dos dois países, o que torna a viagem ainda mais interessante. Do lado brasileiro, os visitantes têm uma visão privilegiada das quedas, com dimensão panorâmica. No país vizinho, os visitantes podem desfrutar, por exemplo, da paisagem da Garganta do Diabo, um dos saltos mais impressionantes das Cataratas. Segundo o presidente do Sindicato dos Guias de Turismo de Foz do Iguaçu e Municípios da Costa Oeste (Singtur), Sidnei dos Reis, o ideal é conhecer os dois lados, já que as estruturas existentes proporcionam diferentes sensações, seja por meio de caminhadas, transporte rodoviário especializado ou agradáveis passeios de trem em meio à selva. Em média, segundo Sidnei, os visitantes precisam de metade do dia para conhecer as Cataratas do



lado brasileiro e um dia inteiro para desfrutar suas belezas do lado argentino.

Quanto à época mais indicada para a visita, não há restrição. “Embora a concentração maior de turistas seja durante os meses de dezembro e janeiro, recebemos turistas o ano inteiro. Eu, particularmente, gosto muito das paisagens durante a primavera, quando a natureza está ainda mais exuberante”, declara Sidnei.

Ainda dentro do Parque Nacional, declarado Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO, destacam-se, também, os

mirantes e as passarelas. Nos arredores, há passeios de helicóptero, que sobrevoa também a Usina Binacional de Itaipu, de barco, caminhadas, rappel e rafting, sempre com as cataratas como pano de fundo. O passeio dentro do Parque, com direito a transporte, custa R\$ 28,80. Turistas acima dos 60 anos pagam R\$ 8,80. O Parque Nacional está aberto diariamente, das 9h às 17h.

Para quem gosta de aventura, Sidnei sugere o Macuco Safari. A experiência tem início com uma trilha na mata atlântica, percorrida em carreta pu-

xada por carro elétrico, que permite uma visão geral de todo o cenário. O grande desafio é seguir pelo rio Iguazu, que leva os visitantes em botes infláveis a menos de cinco metros das quedas d’água. O passeio, que custa R\$ 140 - R\$ 70 para o público da terceira idade, é realizado há mais de 25 anos e, atualmente, atende a uma média de 10 mil turistas por mês. “O Macuco Safari é a coqueluche dos nossos passeios. Além de ser muito divertido, é seguro e indicado para os públicos de todas as idades”, garante.



No Parque das Aves, a proposta é que o visitante faça uma caminhada e tenha a oportunidade de contato com aves de diversas regiões do Mundo. O viveiro, com 17 hectares de mata nativa, está localizado próximo ao Parque Nacional do Iguaçu e é considerado o maior parque de aves da América Latina. Além da grande diversidade de aves, no local é possível conhecer também algumas espécies de borboletas e reptéis. A entrada no parque custa R\$ 20. Para pessoas com mais de 60 anos é cobrado R\$ 10.

Para os turistas preocupados com a locomoção dentro e fora do centro de Foz do Iguaçu, Sidnei explica que a estrutura de transporte coletivo é segura, e a frota de taxi extensa. Os que exigem mais comodidade podem optar pelos serviços das operadoras de turismo receptivo, que oferecem os mais variados passeios em vans e ônibus

executivos que buscam os turistas diretamente no hotel.

Cultura e Diversão

Além das Cataratas, quem viaja a Foz do Iguaçu tem a oportunidade de conhecer o Complexo Turístico de Itaipu, composto pela Usina Itaipu Binacional, o Canal da Piracema, o Refúgio Biológico Bela Vista e o Ecomuseu. De acordo com a Secretaria de Turismo, “esse circuito oferece uma gama de atrativos que proporcionam uma visitação inesquecível, sendo possível conhecer de perto a tecnologia de ponta utilizada na construção da Usina e também as ações ambientais realizadas na região”. Devido às dimensões, a hidrelétrica Itaipu Binacional é considerada pela Sociedade Americana de Engenharia Civil como “A Obra do Século”, superando, em quantidade de material e mão de obra utilizadas, o Eurotunnel, construído sob o Canal da Mancha.

Mas o centro turístico de Foz do Iguaçu não encanta somen-

te pela abundância das águas. Situada no extremo oeste do Paraná, a cidade é caracterizada também por sua diversidade cultural, marcada pelo fato de o município estar localizado na divisa do Brasil com o Paraguai e a Argentina, sendo tal particularidade chamada de Marco das Três Fronteiras, um obelisco que simboliza a igualdade, a complementaridade e o respeito entre as três nações. O local dispõe de estacionamento, lanchonete, loja de artesanato, play ground e um mirante, de onde o visitante tem a oportunidade de observar os três países, cada qual com o seu marco e suas respectivas cores nacionais, e, ainda, visualizar o encontro das águas do rio Iguaçu com o rio Paraná.

Seja para um contato mais próximo com a filosofia Budista ou mesmo para descansar, vale também uma visita ao Templo Budista. A construção está localizada em uma região privilegiada, de onde se pode avistar

parte do centro da cidade de Foz do Iguaçu e de Ciudad del Este, no Paraguai. O destaque fica por conta dos belos jardins e as mais de 120 estátuas, cada uma com o seu significado, entre elas uma de Buda, com 7 metros de altura.

À noite, a diversão tradicional é o Show folclórico na Rafain Churrascaria, uma apresentação do folclore e da cultura latino-americana já vista por mais de cinco milhões de pessoas. Cruzando as fronteiras, é possível conhecer de perto os cassinos do Paraguai e da Argentina, entre outras atrações.

Gastronomia e Hospedagem

Banhada pelos rios Paraná e Iguaçu, Foz do Iguaçu possui como destaque em sua gastronomia os peixes de água doce, especialmente o dourado e o surubim. Além disso, é possível saborear também uma infinidade de outros pratos. Na Avenida Jorge Schimmelpfeng, por exemplo, o turista encontra restaurantes para todos os gostos, desde a culinária brasileira, japonesa, passando pela árabe e tailandesa. Quem atravessa a Ponte da Amizade, rumo à Argentina, pode encontrar restaurantes e bares charmosos, além de boas

lojas de vinho. Ali podem ser apreciadas inúmeras opções gastronômicas da tríplice fronteira, como o churrasco, que os argentinos se orgulham de seu corte exclusivo de contra-filé, o chorizo, e também especialidades preparadas com o peixe Surubi, de carne bem macia e alta.

A ampla rede hoteleira da região completa a infraestrutura de serviços para temporadas de muito lazer. São estabelecimentos para todas as necessidades e expectativas dos visitantes, desde hotéis com moderna estrutura para eventos, com inúmeros equipamentos e atividades de lazer, até estabelecimentos de estrutura média, pequena, e pousadas, acessíveis àqueles que buscam conforto com baixo custo. Por meio do programa Viaja Mais Melhor Idade – www.viajamais.gov.br, já é possível comprar pacotes de hospedagem na cidade com até 25% de desconto.

O presidente do Singtur, Sidnei dos Reis, orienta que quatro dias são suficientes para conhecer os principais pontos turísticos. “Aos que querem desfrutar de todas as atrações, os pacotes de sete dias são mais vantajosos e permitem passeios com menos correria”. ◆

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Cotas de Compras

Para o turista que realizar compras no Paraguai ou Argentina e retornar pelas pontes internacionais, a cota é de U\$ 300. Compras em dólar saem mais baratas. Nas compras no cartão de crédito e em Reais, os comerciantes cobram taxas que variam de 5% até 16%, além do IOF cobrado para as compras com cartão.

Cuidados na visita ao Parque Nacional do Iguaçu

Devem ser observados na visita ao Parque alguns cuidados, tais como: manter-se nas trilhas pré-determinadas, não usar atalhos, observar os animais à distância e não alimentá-los, pois os mesmos podem agir agressivamente. Nada se leva de um parque – animais, plantas, rochas, frutos e sementes encontrados no local fazem parte do ambiente e ali devem permanecer.

Documentação

São aceitos única e exclusivamente para trânsito fronteiriço na região do Mercosul o Passaporte ou Cédula de Identidade Civil (RG), originais.

*Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu.

REGULAMENTO DO CONCURSO DE POESIAS 2013

Portaria APSEF nº 36/2013



A PRESIDENTE DA APSEF, no uso de suas atribuições estatutárias, resolve promover o CONCURSO DE POESIAS-2013, na forma constante deste Regulamento.

Art. 1º. O Concurso visa incentivar a expressão poética dos seus associados, podendo participar do concurso todos os associados da APSEF.

Art. 2º. Cada participante poderá apresentar até 2 (dois) trabalhos inéditos, sendo considerado trabalho inédito aquele que não tenha sido exposto ao conhecimento público através de qualquer meio.

Art. 3º. As poesias, com tema livre, deverão ser enviadas em papel impresso, em espaço duplo e um máximo de 50 (cinquenta) linhas, em 2 (duas) vias para cada trabalho concorrente.

Art. 4º. Os trabalhos deverão ser remetidos à APSEF até o dia 22 de dezembro de 2013, juntamente com a ficha de inscrição, para a sua sede: SCN - Quadra 02 – Bloco D – Torre A – Sala 917 –Edifício Liberty Mall – Brasília – DF - CEP: 70.712-903.

Art. 5º. A Comissão Julgadora será composta de três membros escolhidos pela Presidente da APSEF.

Art. 6º. Serão concedidos, em valor, prêmios aos 3 primeiros classificados:

- 1º lugar: Prêmio no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);
- 2º lugar: Prêmio no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais);
- 3º lugar: Prêmio no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 7º. As poesias premiadas serão publicadas na revista “VISÃO APSEF” e no portal institucional.

Art. 8º. Os trabalhos não premiados serão publicados no portal institucional, sendo entregue aos autores “Certificado de Participação” no concurso.

Art. 9º. A Comissão Julgadora terá um prazo de até trinta dias, a contar da entrega dos trabalhos dos concorrentes, para apresentar o resultado do concurso.

Art. 10º. Os resultados do Concurso serão anunciados no portal da APSEF (www.apsef.org.br).

Art. 11. A ficha de inscrição encontra-se encartada nesta revista.

Maria Cecília Soares da Silva Landim

OS POEMAS

Os poemas são pássaros que chegam
não se sabe de onde e pousam
no livro que lê.
Quando fecha o livro, eles alçam vôo
como de um alçapão.
Eles não têm pouso
nem porto;

alimentam-se um instante em cada
par de mãos e partem.
E olhas, então, essas tuas mãos vazias,
no maravilhado espanto de saberes
que o alimento deles já estava em ti...

Mario Quintana

Mais um Concurso de Poesia, a 14ª Edição, consolida a certeza de que a beleza, a singeleza e a criatividade estão presentes na alma e no coração de associados que tem a oportunidade de sonhar e transformar em belos textos a sua emoção.

Assim, esperamos que muitos participem na certeza de que irá aflorar a veia poética e criativa que está no coração de cada um.

Confira o regulamento ao lado e preencha sua ficha de inscrição encartada nesta revista.



Junte-se a nós!



Desde 1997, a Associação Nacional dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal tem lutado pelos direitos e bem-estar de seus associados

A APSEF oferece a você:

- Defesa intransigente dos direitos e interesses coletivos, em conformidade com a Constituição Federal e legislação vigente, mediante o exercício da representação
- Acompanhamento permanente da legislação para adoção de medidas administrativas e judiciais visando a preservação dos direitos dos associados e a garantia da paridade com os servidores em atividade
- Assistência à saúde, lazer, turismo e similares, por meio de convênios e parcerias firmadas
- Garantia da aplicação e revisão dos atos de aposentadorias e pensões decorrentes de legislação superveniente que propicie a melhoria dos proventos e pensões, na forma da lei, pelas vias administrativas e/ou judiciais
- Concursos e similares como incentivo à criatividade dos associados
- Divulgação de matérias, de caráter geral e específico, voltadas para o interesse e a atualização dos associados e da sociedade em geral, por meio eletrônico ou de periódico

ACESSE O NOSSO WEBSITE E ASSOCIE-SE!

WWW.APSEF.ORG.BR

SCN Qd. 02, Bloco D, Torre A
Salas 912/917 - Edifício Liberty Mall
Brasília/DF - CEP 70712-903
Contatos: (61) 3037.9072 / (61) 3034.3983
presidencia@apsef.org.br | www.apsef.org.br

